



Voto do Relator 05468/2025-5

Produzido em fase anterior ao julgamento

Processo: 05261/2025-3

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Setor: GAC - Sérgio Aboudib - Gabinete do Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Exercício: 2024

Criação: 01/10/2025 14:56

UG: SEME - Secretaria Municipal de Educação de Linhares

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Interessado: ROSINEIA BERGAMASCHI DE MELLO Responsável: MARIA DA PENHA VALANI GIURIATO

> PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - FINANÇAS PÚBLICAS -REGULAR - CIÊNCIA - ARQUIVAMENTO.

O CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

RELATÓRIO



















Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual da SEME - Secretaria Municipal de Educação de Linhares, sob a responsabilidade da Sra. Maria da Penha Valani Giuriato, referente ao exercício de 2024.

O **NCONTAS** – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade emite Relatório Técnico 00095/2025-2 (peça 39), opinando pela seguinte proposta de encaminhamento:

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Diante de todo o exposto, propõe-se ao TCEES que a prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação de Linhares, sob a responsabilidade da Sra. MARIA DA PENHA VALANI GIURIATO, no exercício de 2024, seja julgada REGULAR, na forma do artigo 84, I da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c art. 161, parágrafo único do RITCEES, aprovado pela Resolução 261 de 4 de junho de 2013, dando-lhe total quitação.

CIÊNCIA

Acrescentam-se, com fundamento no art. 9º, caput, da Resolução TC 361/2022, as seguintes proposições aos atuais responsáveis pela Secretaria Municipal de Educação de Linhares:

Ciência ao atual gestor (hipótese em que forem gestores distintos) para que adote medidas junto ao setor contábil e administrativo visando a criação de critérios de apropriação mensal das despesas com férias e 13º salário, assim como, o reconhecimento das despesas com o 13º salário, com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (subseção 4.3.2.2).

O mesmo Núcleo de Controle Externo de Contabilidade - NCONTAS, elabora a Instrução Técnica Conclusiva 04304/2025-1 (peça 40), opinando pela seguinte proposta de encaminhamento:

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO 8.

Diante de todo o exposto, propõe-se ao TCEES que a prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação de Linhares, sob a responsabilidade da Sra. MARIA DA PENHA VALANI GIURIATO, no exercício de 2024, seja julgada REGULAR, na forma do artigo 84, I da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c art. 161, parágrafo único do RITCEES, aprovado pela Resolução 261 de 4 de junho de 2013, dando-lhe total quitação.

CIÊNCIA 8.1



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





Acrescentam-se, com fundamento no art. 9°, caput, da Resolução TC 361/2022, as seguintes proposições aos atuais responsáveis pela **Secretaria Municipal de Educação de Linhares**:

Ciência ao atual gestor (hipótese em que forem gestores distintos) para que adote medidas junto ao setor contábil e administrativo visando a criação de critérios de apropriação mensal das despesas com férias e 13º salário, assim como, o reconhecimento das despesas com o 13º salário, com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (subseção 4.3.2.2).

O Ministério Público de Contas, através do <u>Parecer 05264/2025-1</u> (peça 42) da 2ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Luciano Vieira**, **pugnando** pelo seguinte:

III - CONCLUSÃO

Posto isso, pugna o Ministério Público de Contas:

- a) para que seja a prestação de contas sub examine julgada regular, com fulcro no art. 84, inc. I, da LC n. 621/2012, dando-se quitação ao responsável;
- b) nos termos do art. 1º, inc. XXXVI, da LC n. 621/2012, que seja expedida a **recomendação** ao atual gestor, consoante fl. 32 da Instrução Técnica Conclusiva 04304/2025-1 (evento 40), para que adote medidas junto ao setor contábil e administrativo visando a criação de critérios de apropriação mensal das despesas com férias e 13º salário, assim como, o reconhecimento das despesas com o 13º salário, com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

II FUNDAMENTAÇÃO:

Examinando os autos, verifico que estes se encontram **devidamente instruídos**, portanto, **aptos à apreciação de mérito**, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Passo à análise do Relatório Técnico 00095/2025-2, cujo teor embasou o opinamento



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





pela regularidade.

II.1 Registros do Relatório Técnico

Cumpre destacar que o prazo definido (31/03/2025) para envio da prestação de contas foi cumprido, tendo sido entregue em 27/03/2025, via sistema CidadES.

Ademais, constata-se que a conformidade entre os demonstrativos contábeis, além de observância ao método das partidas dobradas.

II.2 Gestão Orçamentária

Tabela 2 - Resumo da Execução Orçamentária

Valores em reais

Tabela 2 Resultie da Execução Organientaria	Valores em reals					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						
RECEITA						
Previsão Inicial	197.425.600,00					
Previsão Atualizada	240.384.132,16					
Receita Realizada	242.029.836,10					
DESPESA						
Dotação Inicial	263.550.616,76					
Dotação atualizada	335.416.214,08					
Despesa empenhada	328.664.566,86					
Despesa Liquidada	318.361.130,87					
Despesa paga	317.285.857,78					
Déficit/Superavit (-/+) = Receita realizada - Despesa Empenhada	-86.634.730,76					

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3 - PCA-PCM/2024 - BALORC

Tabela 3 - Execução da Despesa Orçamentária	Valores em reais	
Despesa Empenhada (a)	328.664.566,86	
Dotação Atualizada (b)	335.416.214,08	
Execução da despesa em relação à dotação (a-b)	-6.751.647,22	

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3 – PCA-PCM/2024 – BALORC



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br













Observa-se que não houve execução orçamentária da despesa empenhada (R\$ 328.664.566,86) em valores superiores à dotação atualizada (R\$ 335.416.214,08), resultando em uma economia orçamentária da ordem de R\$ 6.751.647,22.

II.3 Análise Horizontal do Balanço Patrimonial

Os principais elementos do Balanço Patrimonial da Secretaria Municipal de Educação de Linhares evoluíram, conforme tabela que segue, no decorrer do exercício sob análise quando comparados ao exercício anterior.

Tabela 13 - Balanço Patrimonial (Análise Horizontal)

Valores em reais

BALANÇO PATRIMONIAL						
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)			
ATIVO CIRCULANTE	56.167.875,82	47.128.235,45	-16,09			
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.704.414,08	45.273.631,79	-14,10			
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00			
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	204.096,00	2.767,43	-98,64			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00			
Estoques	3.259.365,74	1.851.836,23	-43,18			
Ativo não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00	0,00			
Ativo Biológico	0,00	0,00	0,00			
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00	0,00			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	106.627.248,04	122.545.399,57	14,93			
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	0,00			
Investimentos	0,00	0,00	0,00			
Imobilizado	106.627.248,04	122.545.399,57	14,93			
Intangível	0,00	0,00	0,00			
Diferido	0,00	0,00	0,00			
PASSIVO CIRCULANTE	19.114.089,70	17.288.191,89	-9,55			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	16.712.270,50	15.234.804,14	-8,84			
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00			
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	19.647,93	0,00	-100,00			
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00	0,00			



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
2.382.171,27	2.053.387,75	-13,80
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
143.681.034,16	152.385.443,13	6,06
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
143.681.034,16	152.385.443,13	6,06
35.675.361,09	2.352.556,76	-93,41
	0,00 2.382.171,27 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0	0,00 0,00 2.382.171,27 2.053.387,75 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 143.681.034,16 152.385.443,13 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 143.681.034,16 152.385.443,13

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3 - PCA-PCM/2024 - BALPAT

Com base na tabela anterior, vale destacar no Ativo Circulante a **diminuição** no Caixa e Equivalentes de Caixa de 14,10 % e nos Estoques em 43,18%, já no Ativo Não Circulante vale mencionar o **aumento no Imobilizado** de 14,93%, em relação ao exercício anterior.

Já no Passivo Circulante, merece destaque a **diminuição** em 8,84% na conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e de 13,80% na conta Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo, já o Passivo Não Circulante **não teve alteração**, enquanto o **Patrimônio Líquido aumento em 6,06**%, decorrente dos Resultados Acumulados



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









©tceespiritosanto





O resultado patrimonial nos últimos dois exercícios se comportou conforme tabela que segue.

Tabela 14 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Análise Horizontal) Valores em reais

I abela 14 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Analise Horizontal) Valores em reais								
VARIA	ÇÕES PATRIMONIAIS	QUANTITATIVAS						
AUMENTATIVAS								
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00					
Contribuições	0,00	0,00	0,00					
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00	0,00					
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	4.402.284,03	4.934.581,31	12,09					
Transferências e Delegações Recebidas	313.064.229,78	317.813.021,11	1,52					
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	25.954,40	0,00	-100,00					
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,20	2.959,40	1.479.600,00					
DIMINUTIVAS								
Especificação	Exercício Anterior	Exercício Atual	Var (%)					
Pessoal e Encargos	193.998.812,10	223.395.013,74	15,15					
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	71.605,42	55.168,43	-22,95					
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	84.309.570,02	89.924.423,33	6,66					
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00	0,00					
Transferências e Delegações Concedidas	506.660,90	5.870.700,96	1.058,70					
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.515.800,00	0,00	-100,00					
Tributárias	0,00	0,00	0,00					
Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00					
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.414.658,88	1.152.698,60	-18,52					

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3 - PCA-PCM/2024 - DEMVAP

Com base na tabela anterior, no tocante às Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA, vale destacar o **aumento nas Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** em **12,90%**, quando comparados ao exercício anterior.

Em relação às Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD, vale mencionar **o aumento** nas despesas com Pessoal e Encargos em 15,15% e a diminuição nas Outras



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





Variações Patrimoniais Diminutivas em 18,52%, quando comparados ao exercício anterior

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores extraídos das demonstrações contábeis e do inventário de bens realizado em 31/12/2024.

Tabela 22 - Estoques Imobilizados e Intangíveis

Tabela 22 - Estoques, Imobilizados e Intangíveis Valores e						
Descrição	Diferença (a-b)					
Bens em Almoxarifado (Estoques)	1.851.836,23	1.851.836,23	0,00			
Bens Móveis	26.405.082,30	26.405.082,30	0,00			
Bens Imóveis	105.562.309,45	105.562.309,45	0,00			
Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00			

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3 - PCA-PCM/2024 - BALPAT, INVALM, INVMOV, INVIMO, INVINT

II.4 Recolhimento de Contribuições Previdenciárias

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pela unidade gestora, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para os fundos de previdência.

Tabela 9 - Contribuições Previdenciárias – Patronal

Valores em reais

Regime de	BALEXOD (PCM)		FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)		%	%	
Previdência	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido Exercício (D)	Devido em Dezembro	Registrado (B/D*100)	Pago (C/D*100)
Regime Próprio de Previdência Social	23.550.499, 62	23.550.49 9,62	22.494.87 0,50	23.556.997, 98	3.603.754,04	99,97	95,49
Regime Geral de Previdência Social	8.867.743,2 9	8.867.743, 29	8.848.275, 32	8.867.402,6 8	1.374.647,88	100,00	99,78

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3. PCA-PCM/2024 – Tabulação: Controle da Despesa por Empenho / Módulo de Folha de Pagamento/2024 - Consolidação da Folha

Tabela 10 - Contribuições Previdenciárias – Servidor

Valores em reais



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br













	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)		0/	0/
Regime de Previdência	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido no Exercício (C)	Devido em Dezembro	% Registrado (A/CX100)	% Recolhido (B/Cx100)
Regime Próprio de Previdência Social	14.988.778,18	14.988.778,18	14.987.485,30	2.292.778,99	100,01	100,01
Regime Geral de Previdência Social	3.389.774,99	3.389.774,99	3.390.644,53	519.581,16	99,97	99,97

Fonte: Proc. TC 05261/2025-3. PCA/2024 – DEMCSE / Módulo de Folha de Pagamento/2024 – Consolidação da Folha

II.4.1 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

No que tange às contribuições previdenciárias do RPPS (parte patronal), verifica-se, das tabelas acima, que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 99,97% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Os valores pagos pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RPPS (parte patronal), no decorrer do exercício em análise, representaram 95,49% dos valores devidos (informados no resumo anual da folha de pagamentos), sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Em relação às contribuições previdenciárias do RPPS (parte do servidor), observa-se, das tabelas acima, que os **valores registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **100,01%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Os **valores recolhidos** pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RPPS (parte do servidor), no decorrer do exercício em análise, representaram **100,01%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





II.4.2 Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS (parte patronal), verifica-se, das tabelas acima, que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 100,00% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Os **valores pagos** pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte patronal**), no decorrer do exercício em análise, representaram **99,78**% dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (parte do servidor), observa-se, das tabelas acima, que os valores registrados pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram 99,97% dos valores devidos, sendo considerados como aceitáveis, para fins de análise das contas.

Os **valores recolhidos** pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RGPS (**parte do servidor**), no decorrer do exercício em análise, representaram **99,97**% dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

II.5 Parcelamentos de Débitos Previdenciários

Com base nos valores demonstrados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, na Demonstração das Variações Patrimoniais, no Demonstrativo da Dívida Fundada e no Balanço Patrimonial do exercício em análise, avaliou-se o comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários, do qual **não se constata dívidas previdenciárias** no balanço patrimonial ou balancete de verificação, além de **não haver saldo no demonstrativo de dívida fundada**.



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









otceespiritosanto





II.6 Procedimentos Contábeis Patrimoniais - IN TC 36/2016

II.6.1 Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação dos Bens do Ativo Imobilizado e Respectiva Depreciação, Amortização ou Exaustão.

A análise da movimentação das contas nos demonstrativos contábeis permite constatar o reconhecimento, a mensuração e a apresentação dos ativos imobilizados e intangíveis, bem como da depreciação, exaustão ou amortização acumuladas, além das despesas correspondentes.

II.6.2 Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação das Obrigações por Competência Decorrentes de Benefícios s Empregados

A partir da movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, **não se constata** o **reconhecimento**, a mensuração e a evidenciação das despesas com benefícios a empregados selecionados por competência de forma apropriada.

Constata a Área Técnica que **a apropriação mensal não foi uniforme ao longo do exercício**, fato que indica a **falta de critérios precisos para o reconhecimento** das despesas com férias e 13º salário. Assim, sugere **dar ciência** ao atual gestor para que adote medidas junto ao setor contábil e administrativo visando a criação de critérios proporcionais de apropriação mensal, com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas.

II.7 Controle Interno

Ao analisar o Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 68/2020, verificou-se que a Unidade Central de Controle Interno –



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto





UCCI **opinou** no sentido de que a referida prestação de contas anual se encontrava **regular com ressalva**, porém, foram expedidas **recomendações** nos itens com ressalvas e encerrados referentes aos limites constitucionais e legais relacionados à educação.

II.8 Monitoramento

Conforme verificado pela área técnica, <u>não</u> foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

III PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, **acompanhando integralmente** o entendimento da Área Técnica e do Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de acordão que submeto à sua consideração.

SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Conselheiro Relator

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

III.1 Julgar REGULAR a Prestação de Contas Anual da SEME - Secretaria Municipal de Educação de Linhares, sob a responsabilidade da Sra. Maria da Penha Valani



+55 27 3334-7600



www.tcees.tc.br









@tceespiritosanto



Giuriato, na função de ordenadora de despesas, dando-lhe ciência, nos termos do artigo 84, inciso I, da Lei Complementar nº 621/2012, dando-lhe a devida **QUITAÇÃO**, conforme artigo art. 85 da mesma lei;

III.2 Dar ciência à atual gestora, Sra. Rosineia Bergamaschi de Mello, para que adote medidas junto ao setor contábil e administrativo visando a criação de critérios de apropriação mensal das despesas com férias e 13º salário, assim como, o reconhecimento das despesas com o 13º salário, com finalidade de corrigir a falha nas futuras prestações de contas em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

III.3 REMETER os autos deste julgamento ao ilustre representante do Ministério Público de Contas, posteriormente à confecção do acórdão, nos termos do art. 62, parágrafo único da LC 621/2012;

III.5 ARQUIVAR os presentes autos, após o respectivo trânsito em julgado.







www.tcees.tc.br







